



# RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAL

2014

## Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os nossos Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Reditus, SGPS, S. A., do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

## 1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

### 1.1. Enquadramento Macroeconómico

#### Economia internacional

O desempenho da economia mundial em 2014 ficou abaixo das expectativas iniciais, em linha com o acontecido nos anos imediatamente precedentes. O crescimento real da economia mundial foi de apenas 2,6% em 2014, apenas 0,1 p.p. mais do que o registado em 2013. Como em ocasiões anteriores, estes valores agregados corresponderam a evoluções muito diferenciadas entre as várias regiões económicas.

Embora as economias desenvolvidas tenham, no seu conjunto, apresentado um crescimento inferior à média, o desempenho nos Estados Unidos e no Reino Unido foi claramente superior ao da União Europeia, evidenciando uma recuperação muito mais robusta face ao pico da crise no final da década passada. Os desequilíbrios da zona euro e a necessidade da sua correção condicionaram o crescimento da maioria dos seus Estados-membros. Também a economia japonesa continua a revelar extremas dificuldades em sair da longa estagnação em que tem vivido.

2014 foi igualmente o ano em que se verificou uma desaceleração (aparentemente controlada) da economia da China, assim como um crescimento mais débil do que no passado recente das economias emergentes, condicionadas pela menor procura dos países desenvolvidos e pela baixa dos preços de muitas das matérias-primas e energia que produzem e exportam. Nalguns casos, como no Brasil, refletem igualmente um mix de políticas mais restritivas por forma a debelar desequilíbrios entretanto criados.

#### Economia portuguesa

Em Portugal, após três anos de quedas da atividade real, o PIB cresceu quase 1% em 2014, dando continuidade à trajetória de recuperação progressiva iniciada em meados do ano anterior. No entanto, a atividade não evoluiu de modo uniforme ao longo do ano: no primeiro semestre registou-se uma quase estabilidade da atividade económica, enquanto que no segundo já foi evidente uma recuperação clara do produto e da atividade.

Esta recuperação para o conjunto do ano de 2014, ficou a dever-se em boa medida à recuperação da procura interna, refletindo o aumento do consumo privado e alguma recuperação da formação bruta de capital fixo empresarial. Já o consumo público voltou a diminuir em 2014, no quadro do processo acordado com os credores oficiais e os parceiros da zona euro de consolidação orçamental. As exportações cresceram, mas abaixo do ritmo de 2013. Mesmo assim, o crescimento registado, num cenário de melhoria dos termos de troca da

economia portuguesa, possibilitou a obtenção de um excedente da balança corrente e de capital e da balança de bens e serviços.

O emprego também aumentou em 2014, invertendo a tendência negativa que vinha desde 2009. A taxa de desemprego diminuiu consideravelmente mantendo, no final do ano, valores ainda elevados de 13,9%.

Já o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor caiu 0,2% em 2014, refletindo uma queda acentuada dos preços dos bens energéticos e uma desaceleração dos preços dos bens não energéticos e dos serviços.

## 1.2. Enquadramento Setorial

### O mercado português de TI

Após cinco anos de quebra, o mercado português de Tecnologias de Informação inverteu a tendência negativa e deverá ter crescido cerca de 1,3% em 2014, o que ainda assim contrasta com o crescimento verificado a nível mundial e europeu no mesmo período, de 3,5% e de 1,9%, respetivamente.

A previsão é da IDC que prevê ainda que o mercado nacional cresça 0,9% em 2015, com as despesas em TIC a ultrapassarem os 3,4 mil milhões de euros. Este crescimento é extensível a quase todos os segmentos de mercado, no entanto, e apesar desta alteração, o mercado de serviços de telecomunicações deverá manter-se em território negativo (-2.8%).

Para a IDC o crescimento do mercado de TI vai manter-se nos anos subsequentes fruto de um novo enquadramento económico e do desenvolvimento daquilo que este analista de mercado designa de 3ª Plataforma Tecnológica, um novo paradigma tecnológico que assenta em 4 pilares: Mobilidade, Serviços *Cloud*, Tecnologias Sociais e *Big Data*. Para a IDC, estes crescimentos serão de 1,7%, 1,9% e 2,2%, em 2016, 2017 e 2018, respetivamente.

Por via do desenvolvimento da 3ª Plataforma tecnológica, as organizações podem obter ganhos de competitividade elevados, nomeadamente através do suporte aos processos de internacionalização, no aumento da eficiência operacional, na inovação ao nível da oferta de produtos e serviços e através de uma maior agilidade para se adaptarem às condições evolutivas do mercado.

Os mercados ligados à 3ª Plataforma, vão crescer 13% a nível mundial em 2015, representando já quase 25% do total do mercado das TIC e praticamente 100% do seu crescimento. O período de 2016 a 2020, será o início da fase mais crítica da 3ª Plataforma, caracterizada por uma explosão de soluções inovadoras e por uma grande criação de valor no topo dos 4 pilares que suportam este novo paradigma tecnológico. Esta fase será caracterizada pelos "aceleradores de inovação" que estendem radicalmente as capacidades e aplicações da 3ª Plataforma, como é o caso da *Internet of Things* (IoT), *Wearable Computing*, *Drones*, *Robótica*, *Impressão 3D*, *Sistemas Cognitivos*, *Biologia Sintética*, *Interfaces Naturais de Computação*, etc.

## Principais tendências para o mercado português de TI

**Cloud Computing continua a crescer a dois dígitos em Portugal**, fruto da necessidade das organizações nacionais começarem a equacionar a implementação sistemática destes serviços para suporte às suas iniciativas de internacionalização e de captura e fidelização de clientes.

**Mobilidade, será o motor da inovação nas organizações nacionais**, com as tecnologias e soluções móveis a representarem mais de 40% do crescimento mundial do mercado de TI.

**Big Data & Business Analytics continua na agenda dos gestores nacionais**. Face ao crescimento exponencial dos dados no território nacional e à crescente diversidade dos dados armazenados, um grande número de organizações tem vindo a equacionar a adoção de tecnologias BDA com o objetivo de melhorar o desempenho do negócio e, em simultâneo, melhorar o conhecimento dos clientes e antecipar as suas necessidades.

**Segurança será prioridade dos decisores**. A inversão do ciclo económico vai promover o crescimento da despesa com segurança em 2015. As organizações nacionais estarão mais preocupadas com a segurança dos dados, em detrimento da segurança dos equipamentos.

**3ª Plataforma influenciará investimentos nos centros de dados**. As organizações nacionais vão aproveitar a mudança de ciclo económico para adaptarem os seus centros de dados à nova realidade tecnológica, iniciar processos de adoção das tecnologias da 3ª Plataforma e implementar o conceito de *IT-as-a-Service*.

**Internet of Things (IoT) acelera a transformação digital nas organizações nacionais**. Em 2020, a IDC estima que existam mais de 68,1 milhões de equipamentos ligados à Internet no território nacional, uma média de 6,4 *per capita*. A adoção de estratégias que contemplem a *Internet of Things (IoT)* vai permitir que as organizações nacionais acelerem a transformação digital dos seus processos e iniciativas.

**Internacionalização mantem-se na agenda das empresas portuguesas**. Ultrapassado o ambiente recessivo, a maioria das empresas vai continuar a privilegiar a adoção e/ou consolidação das suas estratégias de internacionalização. Esta realidade tem vindo a influenciar positivamente o comportamento da despesa TI e permanece como um dos principais fatores de crescimento em 2015.

**Relacionamento com clientes é motor dos novos projetos de TI em Portugal**. O desenvolvimento de novos produtos e serviços bem como o desenvolvimento de iniciativas de captação e de fidelização de clientes, vão incentivar a implementação, atualização ou expansão das aplicações de CRM. Muitos deles com recurso a serviços de *cloud computing*, analítica de negócio, mobilidade e redes sociais.

**Transformação digital começa a entrar na agenda das organizações nacionais**. A IDC prevê que em 2020, a nível mundial, todos os setores económicos, serão liderados por empresas com uma forte presença na economia digital e Portugal não será exceção.

## O mercado português de *Call Centers*

De acordo com o estudo “Sectores Portugal - *Call Centers*”, publicado pela Informa D&B, o mercado português de *Call Centers*, manteve em 2014 a tendência de subida da faturação, com um valor a rondar os 470 milhões de euros, o que representa um aumento de 7% face ao ano anterior.

Esta tendência, que contrasta com a conjuntura económica desfavorável, fica a dever-se a vários fatores, nomeadamente a externalização de processos por parte das empresas e organismos públicos portugueses, como forma de reduzir gastos, flexibilizar estruturas de custos e aumentar a qualidade do serviço.

O apoio ao cliente é a principal fonte de receitas no setor, tendo representado 61% do valor do mercado em 2013, seguido pelos serviços de venda (21%), suporte técnico (7,5%) e gestão de cobranças (7%).

O setor de telecomunicações/meios mantém-se como o principal segmento de procura, representando 59% do volume de negócios total nesse ano. Segue-se o setor de finanças e seguros que gerou um pouco acima de 20% das vendas.

## Competitividade do mercado português de *Outsourcing*

Os investimentos no âmbito do *Outsourcing*, nomeadamente no que diz respeito aos serviços *nearshore* e centros de competência internacionais são igualmente suportados pela opinião positiva da Gartner, que no seu estudo anual de 2014, “*Gartner’s Leading Offshore Services Locations in EMEA, 2015*”, volta a classificar Portugal, pelo 5.º ano consecutivo, como um dos 7 países desenvolvidos, líderes para a prestação de serviços de base tecnológica da região Europa, Médio Oriente e África. Portugal juntamente com outros 6 países – Irlanda, Israel, Irlanda do Norte, Escócia, Espanha e País de Gales – reúnem condições de excelência para o desenvolvimento desta atividade.

Portugal reforça assim o reconhecimento, que crescentemente tem sido feito ao nosso país por diversos *stakeholders* internacionais do sector das TIC, enquanto destino cada vez mais considerado por empresas que procuram oportunidades de negócio, tanto na perspetiva da contratação de serviços de *outsourcing*, como da instalação de operações próprias.

## 2. Perspetiva Geral dos Negócios

Com uma forte presença nacional e internacional, a Reditus disponibiliza serviços e soluções em três áreas, *IT Consulting*, *IT Outsourcing* e BPO.

### 2.1. *IT Consulting*

A área de *IT Consulting* integra os segmentos de Consultoria, Plataformas e Aplicações, Consultoria e Implementação SAP e *Outsourcing* Especializado. Em 2014, esta área de atividade representou 64% das receitas da Reditus.

## Plataformas e Aplicações

Durante o ano de 2014, o contexto económico levou o mercado empresarial a manter a necessidade de otimizar e flexibilizar os seus processos para responder mais rapidamente às novas solicitações dos negócios. Tendo em atenção esta necessidade do mercado, a Reditus reestruturou a sua oferta de Plataformas e Aplicações, passando a integrar soluções de Desenvolvimento Aplicacional, *Business Analytics* e *Enterprise Content Management*.

Na área de Desenvolvimento Aplicacional reforçou competências no desenvolvimento em Plataformas Ágeis proporcionando aos seus clientes o desenvolvimento de Aplicações no conceito *Buy and Build* que lhes permite a implementação rápida de soluções para os seus problemas e a flexibilização para alterações futuras.

Complementarmente reforçou a oferta em serviços de Manutenção Aplicacional possibilitando assim aos seus clientes a externalização de serviços especializados de manutenção corretiva e evolutiva das suas aplicações com os consequentes ganhos em custos de operação e níveis de serviço.

A área de *Business Analytics* teve um crescimento significativo durante o ano de 2014 e assistiu-se à integração da sua oferta com diversos tipos de aplicações atuando como um *Business Value Creator* através do diverso tipo de análises de negócio que permite desenvolver.

Na área de *Enterprise Content Management* desenvolveram-se produtos próprios no conceito de *Smart Process Applications* para Gestão Documental e para a desmaterialização de documentos que integram funcionalidades de *Analytics*, *Workflow* e permitem a consulta e recolha de informação multicanal viabilizando arquiteturas *Cloud* ou híbridas e a utilização de dispositivos móveis. Os produtos desenvolvidos implementam o conceito de “*Adaptive ECM*”, desenvolvido pela Reditus, que facilita a contínua adaptação aos processos dos clientes.

Em 2015 a Reditus irá reforçar as suas competências nas áreas de oferta referidas apostando continuamente e de uma forma sustentada na inovação e desenvolvimento de novas soluções que enderecem as necessidades do mercado com uma equipa com um espectro de competências alargado, experiente e motivada para a prestação de serviços de excelência aos seus clientes.

## Consultoria e Implementação SAP

Apesar do contexto económico, o ano de 2014 foi muito positivo neste segmento da oferta. A Reditus manteve e reforçou a sua liderança na implementação de soluções SAP no mercado português e continuou a crescer a nível nacional e internacional. Atingimos um máximo histórico de faturação, com um crescimento global na ordem dos 2 dígitos e um aumento do recrutamento de novos colaboradores.

Desde 2009, a Reditus tem vindo a consolidar a sua posição de líder na integração de sistemas de gestão empresarial SAP em Portugal, tendo ainda aprofundado a aposta estratégica no processo de internacionalização. Este desempenho de excelência confere à Reditus, e à ROFF em particular, uma posição de grande visibilidade no panorama empresarial português,

passando a integrar o *Ranking* de Internacionalização das Empresas Portuguesas (RIEP) elaborado pelo INDEG-IUL ISCTE *Executive Education*.

Em 2014 a ROFF manteve a aposta nos mercados onde já se encontrava a desenvolver operações com enfoque nos mercados asiático e europeu onde tinha entrado com novas filiais em 2013. Para além, disso, procurou reforçar o esforço comercial na África francófona. No entanto, e apesar do referido, o mercado nacional continua a ser uma forte e constante aposta da ROFF, pelo que se pretende consolidar o estatuto de empresa de referência no mercado doméstico.

A pressão do crescimento trouxe, no entanto, alguns constrangimentos à Reditus e à ROFF, em particular ao nível da contratação de colaboradores qualificados. Assim, optou-se por fazer uma aposta no desenvolvimento de academias especializadas para formação específica de novos colaboradores.

Em 2015, a Reditus pretende consolidar o estatuto de empresa de referência no mercado nacional, acompanhando os seus clientes nos seus projetos de internacionalização. Paralelamente, vai continuar a sua aposta na expansão internacional dos serviços de consultoria e implementação SAP, recrutando novos colaboradores e analisando a possibilidade de abertura de filiais em novas áreas geográficas.

A Reditus vai igualmente continuar a sua aposta na inovação e na oferta de novos serviços, como forma de responder às necessidades dos seus clientes e ir de encontro às suas solicitações em termos de redução de custos e melhoria da eficiência geral dos seus negócios.

Para atingir os objetivos acima referidos continuará a sua aposta no capital humano, mantendo e implementando políticas de satisfação e crescimento profissional das equipas.

### *Outsourcing Especializado*

A Reditus é uma das precursoras dos serviços de *Outsourcing* em Portugal. Desde a sua fundação, a Reditus tem desenvolvido várias áreas de competências dentro desta temática, nomeadamente ao nível do *Outsourcing Especializado* em Tecnologias de Informação.

O mercado de *Outsourcing Especializado* tem como base os desafios impostos por uma economia global cada vez mais competitiva, onde a disponibilização de profissionais de TI, altamente qualificados e em regime de *Outsourcing*, promove a flexibilidade e o incremento de qualidade necessários para que os desafios, cada vez mais exigentes, que as TI colocam às empresas, possam ser ultrapassados com sucesso.

É com base neste enquadramento, que a Reditus tem vindo a desenvolver a sua prestação de serviços a empresas de, praticamente, todos os setores de atividade.

No ano de 2014, a Reditus consolidou a sua presença na base instalada de clientes, facto que levou a empresa a terminar o ano com cerca de 300 consultores em projeto. Podemos considerar que foi um ano globalmente positivo, tendo a Reditus mantido a sua carteira de clientes nesta área de negócio, com um volume de consultores que nos coloca como um dos *players* incontornáveis neste setor.

O aumento da procura por Portugal por parte de empresas multinacionais para a instalação de centros de serviços partilhados muito tem contribuído para o aumento de oportunidades nesse segmento. Apesar de esta tendência ser vista como uma enorme oportunidade pela Reditus, tendo em desenvolvimento um conjunto de iniciativas que visam reforçar, ainda mais, a oferta de *Outsourcing* Especializado, a escassez de profissionais qualificados representa um fator inibidor do desenvolvimento de iniciativas nesta área de oferta. Consciente desta dificuldade, a Reditus tem desenvolvido academias de conhecimento, projetos de parceria com clientes e protocolos com universidades para acelerar a formação de consultores nas tecnologias onde existe maior escassez de recursos.

A principal aposta da Reditus para este segmento, em linha com a estratégia do Grupo, passa pelo crescimento orgânico no mercado Nacional e Internacional, quer seja, através da base instalada, quer seja através da conquista de novos clientes.

Em 2015, a diversificação da oferta e da carteira de clientes atuais, a internacionalização, a implementação de centros de *nearshore* (aproveitando o destaque dos estudos internacionais que colocam Portugal, pelo 4º ano consecutivo, como um dos 14 países desenvolvidos líderes para a prestação de serviços *nearshore*), bem como a captação de talento, constituem os nossos principais desafios deste segmento de negócio.

Como resposta a estes desafios, a área de *Outsourcing* Especializado focar-se-á no desenvolvimento da sua presença internacional, nomeadamente ao nível do reforço da oferta nos vários mercados onde a Reditus possui escritórios. A implementação de novos processos, procedimentos e ferramentas que permitem ir de encontro às exigências dos nossos parceiros/clientes, são igualmente prioridades.

## 2.2. IT Outsourcing

A área de *IT Outsourcing* da Reditus é composta pelas competências de Infraestruturas de TI representando, 19% das receitas totais em 2014.

O segmento de Infraestruturas de TI da Reditus oferece ao mercado serviços, projetos e soluções infraestruturais de tecnologias de informação. Os serviços incluem a gestão, administração e suporte de plataformas tecnológicas, numa lógica de contrato de responsabilidade ou de *outsourcing* funcional. Os projetos são processos de engenharia e integração tecnológica, no perímetro das infraestruturas, suportados por equipas multidisciplinares de elevado *know-how* técnico e metodologias de eficácia comprovada. As soluções são específicas para os vários setores de mercado, fornecidas sob a forma de modelos financeiros flexíveis e adequados às atuais condicionantes económicas.

No decorrer de 2014, a unidade de *IT Outsourcing* da Reditus deu continuidade ao movimento de adequação da sua estrutura de competências e de oferta de serviços e soluções à mudança de paradigma que se assiste no sector. A Reditus investiu no reforço das suas equipas de engenharia e operação e lançou ofertas que vão ao encontro dos desafios prioritários das empresas dos vários sectores de atividade, nomeadamente nas áreas de segurança de informação, continuidade de negócio, virtualização de *storage*, *networking* e orquestração de recursos de computação como base para arquiteturas de *cloud* privada e híbrida. Ao nível dos



serviços geridos de TI, foram desenvolvidas e colocadas em vários clientes ofertas específicas de gestão de infraestrutura de segurança e *backup*.

As medidas de evolução organizacional e de estrutura de competências colocadas em prática no ano de 2014, tiveram como reflexo a entrada em novos clientes dos sectores Financeiro, Indústria, Saúde Privada e *Utilities* e a contratualização de projetos de dimensão significativa, reforçando desta forma o posicionamento da Reditus como empresa de referência na área de integração de infraestrutura de TI e serviços de geridos.

A indústria reconheceu igualmente o trabalho desenvolvido, tendo a Reditus sido agraciada com os prémios Schneider – “Maior Revendedor de Tecnologia *Data Center*” e IBM – “Prémio Inovação”.

Para 2015, e no âmbito das grandes tendências associadas ao conceito da IDC da 3ª plataforma: *Cloud, Mobility, Social Media, Big Data* e *Security*, a Unidade de *IT Outsourcing* vai dar continuidade ao investimento no desenvolvimento da oferta de segurança de informação, quer na perspetiva de plataformas tecnológicas que conduzam um controlo mais eficaz das ameaças, quer no fornecimento de serviços continuados de monitorização e testes de vulnerabilidade que permitirão às organizações terem informação rigorosa e permanente sobre a sua exposição ao risco.

A Reditus continuará ainda a dedicar recursos ao desenvolvimento de estruturas de serviços partilhados, como suporte ao utilizador e competências de *data center*, área em que acreditamos deter uma posição ímpar no mercado nacional de TI. Paralelamente continuaremos a apostar em plataformas para arquiteturas em modelos *cloud* e nos serviços de migração, projetos de elevada criticidade com impacto relevante nas políticas e processos das organizações, e para os quais a Reditus oferece um conjunto de valências e ofertas de serviços que permitem no seu conjunto assegurar níveis elevados de sucesso.

### 2.3. BPO

A área de BPO da Reditus é composta pelas competências de BPO e *Contact Center*, representando, 17% das receitas totais em 2014.

#### BPO

O *Business Process Outsourcing* (BPO) é uma das áreas de especialização da Reditus, tendo sido percursora em Portugal na prestação de serviços neste modelo. Com experiência acumulada de mais de 15 anos, sobretudo no setor financeiro, a Reditus foi uma das fundadoras da Associação Portugal Outsourcing, entidade que tem desempenhado um papel vital na divulgação nacional e internacional deste sector.

A sua oferta abrange a prestação de serviços de suporte ao negócio, desenvolvendo atividades como tratamento de correio, preparação de documentos, digitalização, custódia de arquivo, tratamento de crédito habitação, empresas, pessoal e automóvel, gestão de sinistros automóvel, multiriscos e acidentes de trabalho, tratamento de cartões de débito, crédito e cartões universitários, gestão de reclamações, entre outras.

Em 2014 a Reditus focou os seus esforços na implementação de uma estratégia de ampliação do portfólio de serviços de BPO, na procura de oportunidades em sectores menos tradicionais no consumo deste tipo de serviços e na exploração de oportunidades nos mercados internacionais. Complementarmente, foi realizado ainda um esforço significativo na otimização e consolidação do processo de entrega, através da implementação de um modelo “CSI (*Continuous Service Improvement*)”, de forma a aumentar o valor dos serviços e garantir níveis mais elevados de qualidade.

Apesar do difícil contexto económico, o mercado português apresenta boas oportunidades de negócio para o BPO, quer ao nível das organizações nacionais, quer ao nível do *nearshore*.

O BPO tem-se apresentado como um veículo de reinvenção das empresas que procuram o aumento da competitividade. Na perspetiva de aumentar a satisfação dos seus clientes, as empresas do sector têm focado os seus esforços na incorporação de tecnologias de automatização de processos, o que lhes tem permitido aumentar o grau de complexidade na prestação de serviços e aproximar-se cada vez mais de um modelo de *outsourcing* total.

Para 2015 prevê-se que a movimentação do *offshore* e *nearshore* continuará a ser uma realidade, apresentando boas oportunidades para as empresas nacionais do sector, e as relações duradouras e maduras de cliente-fornecedor, serão gradualmente substituídas por modelos de preço baseado em resultados.

### Contact Center

A Reditus é atualmente um dos principais *players* no sector dos *Contact Center* em Portugal, sendo reconhecida a sua participação assídua nos maiores e mais exigentes concursos do mercado. O seu portfólio de soluções inclui uma vasta oferta de serviços integrados de suporte ao negócio e à gestão de serviços de apoio ao cliente.

A sua oferta caracteriza-se por soluções flexíveis multicanal suportadas por tecnologia própria e ajustáveis às necessidades do cliente, nas vertentes de *inbound* e *outbound*, bem como por um rigoroso controlo de qualidade e auditoria em tempo real. A articulação com a restante oferta da Reditus, transfere para esta área um posicionamento competitivo e dinâmico, proporcionando aos seus clientes as melhores e mais inovadoras soluções no mercado, o que resulta certamente num fator diferenciador, face à concorrência.

A Reditus possui atualmente uma carteira de clientes composta por empresas de grande prestígio que operam em vários sectores de atividade e com quem estabeleceu contratos plurianuais, promovendo desta forma a sustentabilidade deste segmento de negócio.

O ano de 2014 revelou-se um ano onde a inovação tecnológica e a melhoria no relacionamento com o cliente final foram apostas do sector.

Perante um cenário de constrangimentos nos investimentos no mercado empresarial em Portugal, a Reditus efetuou apostas, em 2013, ao nível da reorganização da oferta e, no início de 2014 com a abertura do centro de serviço “Reditus *Lisbon Innovation Center*”, que se traduziram em mais-valias para os desafios que 2014 nos proporcionou.

A Reditus debateu-se com um cenário de grande competitividade, tendo no entanto conseguido fidelizar e angariar novos serviços em diferentes sectores. Para atingir estes objetivos a Reditus focou-se na aposta contínua na melhoria do relacionamento com o cliente e na inovação tecnológica, o que permitiu, complementarmente, oferecer serviços com uma relação custo benefício cada vez mais sustentada.

Desenvolveu ainda, uma equipa de “CSI (*Continuous Service Improvement*)”, que tem como um dos seus objetivos a procura contínua da melhoria de processos e sistemas, maximizando a eficiência da operação e minimizando os custos da mesma, o que permitiu à Reditus sustentar uma oferta integrada e agregadora de valor.

A Reditus vai continuar a sua aposta na linha de competências atuais reforçando-as com soluções á medida que complementarão a sua oferta *standard*. Acreditamos que esta customização será fundamental no desenvolvimento do negócio dos nossos clientes.

No ano de 2015 as oportunidades deverão estar em linha com as de 2014, quer no que diz respeito à necessidade de aumentar os níveis de satisfação do consumidor final, quer no suporte e utilização das novas tecnologias, nomeadamente no que diz respeito ao canal digital (*chat*; Aplicação Telemóvel). Os mercados de *nearshore* trarão igualmente oportunidades interessantes.

## 5.4 Área Internacional

A estratégia de desenvolvimento da Reditus continua a assentar numa política concertada de internacionalização. O sucesso desta estratégia tem-se refletido num crescente desempenho da sua atividade, contemplando já como clientes várias empresas multinacionais estrangeiras.

A área internacional representou 43% das receitas totais da Reditus em 2014, tendo estas atingido os 52 milhões de euros em 2014.

Em termos de distribuição geográfica da receita, houve uma inversão do peso das geografias e um aumento significativo do mercado asiático, com um crescimento de 80%, relativamente a 2013. Confirmou-se assim a tendência dos últimos anos de aumento do peso da Europa, representando já mais de 50% dos projetos desenvolvidos pela Reditus fora do território nacional e uma diminuição do mercado africano, que apesar de continuar a assumir um peso significativo nas atividades internacionais do grupo, valeu em 2014 cerca de 36% do total de negócios fora de Portugal.

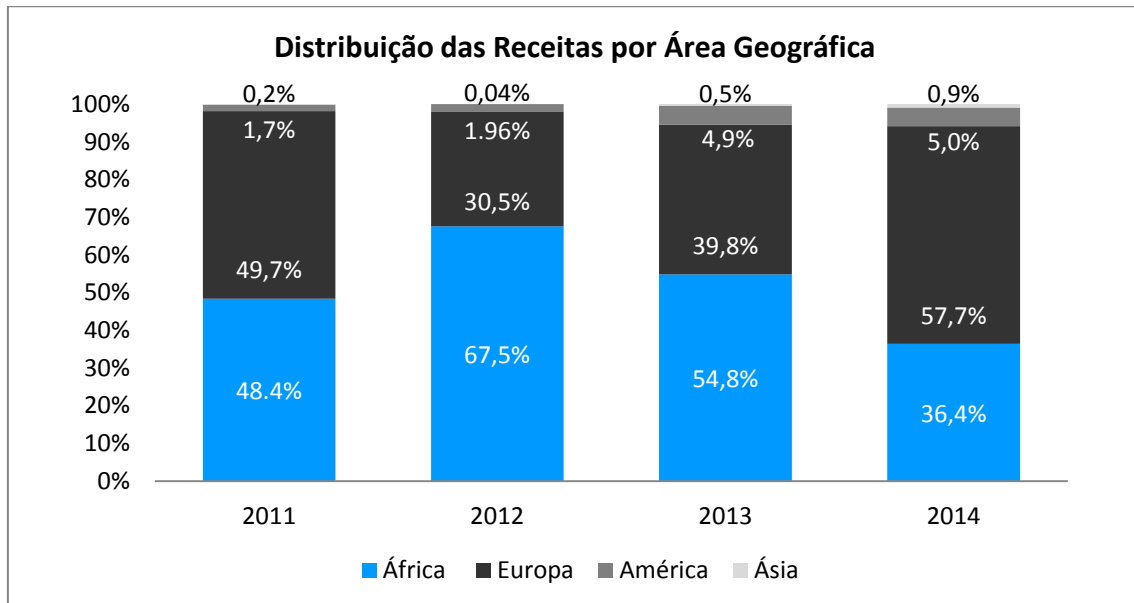
A Reditus tem vindo a desenvolver o seu processo de internacionalização em várias geografias, de forma a explorar um maior número de oportunidades de negócio. Em termos históricos, a Reditus já desenvolveu projetos em mais de 60 países, localizados na Europa, África, América do Norte, América Latina e Ásia.

A atividade internacional da Reditus assenta sobre dois modelos organizacionais distintos, nomeadamente, através da criação de delegações locais e através do fomento da atividade exportadora, com aposta em países criteriosamente selecionados onde a empresa possa aportar valor e explorar as oportunidades decorrentes dos seus estados de desenvolvimento.

A sua intervenção no panorama internacional tem-se pautado pelo desenvolvimento de projetos de grande valor acrescentado para os seus clientes em várias áreas de competência,

nomeadamente, nas áreas de *outsourcing* especializado, infraestruturas de TI, implementação SAP, BPO e *Contact Centers*.

De referir ainda que os clientes da Reditus, no panorama internacional, distribuem-se por vários sectores de atividade, nomeadamente: Administração Pública, Saúde, Transportes, Indústria, Banca, Retalho, *Oil & Gas* e *Utilities*.



### 3. Principais Indicadores Financeiros

A Reditus SGPS obteve em 2014 cerca de 1,679 milhões de euros de Prestações de serviços, 1,523 milhões de euros de Ganhos imputados de subsidiárias, um EBITDA de 1,475 milhões de euros e um Resultado Líquido Positivo de 189 mil euros.

### 4. Perspetivas para 2015

A atividade da Reditus SGPS continuará centrada no apoio à gestão das empresas em cujo capital atualmente participa, direta ou indiretamente, refletindo nessa ação as orientações estratégicas definidas para todo o Grupo Reditus.

### 5. Aplicação de Resultados

Tendo o exercício de 2014 encerrado com um resultado líquido 189.020 Euros, o Conselho de Administração propõe que:

- O valor de 9.451 euros seja transferido para Reserva Legal;
- O valor de 179.569 euros seja transferido para Resultados Transitados.

## 6. Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão, das contas anuais, da Certificação Legal de Contas e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

## 7. Agradecimentos

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objetivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos, Auditores e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Alfragide, 30 de abril de 2015

O Conselho de Administração,

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Presidente

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral - Administrador

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira – Administrador

Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos – Administrador

Dr. Helder Filipe Ribeiro Matos Pereira - Administrador

## PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REDITUS - SGPS, SA. BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	2014	2013
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	47.501	139.512
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	64.863.005	64.800.845
Ativos por impostos diferidos	8	961.411	1.335.458
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>65.871.916</b>	<b>66.275.815</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	3.069.608	4.420.086
Estado e outros entes públicos	16	251.553	168.315
Acionistas / sócios	9	12.151.656	20.675.467
Outras contas a receber	9	12.152.890	12.182.320
Diferimentos	10	12.191	44.922
Ativos financeiros detidos para negociação	11	174.105	228.751
Caixa e depósitos bancários	4	32.142	34.155
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>27.844.145</b>	<b>37.754.015</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>93.716.061</b>	<b>104.029.830</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	12	73.193.455	73.193.455
Acções (quotas) próprias	12	(1.426.438)	(1.426.438)
Prémios de emissão	12	9.952.762	9.952.762
Reservas legais	12	2.070.034	2.070.034
Outras reservas	12	1.522.269	1.522.269
Resultados transitados		(12.644.682)	(12.748.276)
Ajustamentos em activos financeiros	12	(25.534.532)	(24.193.450)
Excedentes de revalorização		5.939	5.939
Outras variações no capital próprio		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>47.138.806</b>	<b>48.376.294</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>47.327.826</b>	<b>48.479.888</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	13	161.429	281.311
Estado e outros entes públicos	16	1.115.144	1.418.798
Financiamentos obtidos	14	22.433.859	24.321.138
Outras contas a pagar	15	504.351	548.729
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>24.214.782</b>	<b>26.569.976</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	14	2.478.619	1.439.289
Estado e outros entes públicos	16	2.624.572	2.464.110
Financiamentos obtidos	14	16.368.577	23.712.483
Outras contas a pagar	15	701.685	1.364.084
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>22.173.453</b>	<b>28.979.966</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>46.388.235</b>	<b>55.549.942</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>93.716.061</b>	<b>104.029.830</b>

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**REDITUS - SGPS, SA.**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	17	1.679.227	1.606.000
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	1.523.123	1.951.090
Fornecimentos e serviços externos	18	(848.930)	(947.274)
Gastos com o pessoal	19	(603.303)	(916.666)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	(276.723)	(700.000)
Outros rendimentos e ganhos	21	327.270	286.411
Outros gastos e perdas	22	(325.200)	(362.514)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		1.475.464	917.048
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20	(75.059)	(115.676)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		1.400.405	801.371
Juros e rendimentos similares obtidos	23	-	1.184.408
Juros e gastos similares suportados	23	(1.479.700)	(2.604.271)
<b>Resultado antes de impostos</b>		(79.294)	(618.492)
Imposto sobre o rendimento do período	8	268.314	722.085
<b>Resultado líquido do período</b>		189.020	103.594
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
<b>Resultado por acção básico</b>		0,021	0,011

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## REDITUS - SGPS, SA.

### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>Posição no início do período 2014</b>	12	73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.070.034	1.522.269	(12.748.276)	(24.193.450)	5.939	103.594	48.479.888
<b>Alterações no período:</b>											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							103.594			(103.594)	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								(1.341.082)			(1.341.082)
		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.070.034	1.522.269	(12.644.682)	(25.534.532)	5.939	-	47.138.806
<b>Resultado líquido do período</b>										189.020	189.020
<b>Resultado integral</b>										189.020	47.327.826
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Realizações de capital											-
Outras operações											-
<b>Posição no fim do período 2014</b>		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.070.034	1.522.269	(12.644.682)	(25.534.532)	5.939	189.020	47.327.826

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## REDITUS - SGPS, SA.

### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2013

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>Posição no início do período 2013</b>	12	73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.070.034	1.522.269	(16.319.530)	(23.515.177)	5.939	3.113.899	48.597.213
<b>Alterações no período:</b>											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							3.113.899			(3.113.899)	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:							457.355	(678.273)			(220.919)
		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.070.034	1.522.269	(12.748.276)	(24.193.450)	5.939	-	48.376.295
<b>Resultado líquido do período</b>										103.594	103.594
<b>Resultado integral</b>										103.594	48.479.888
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Realizações de capital											-
Outras operações											-
<b>Posição no fim do período 2013</b>		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.070.034	1.522.269	(12.748.276)	(24.193.450)	5.939	103.594	48.479.888

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



## REDITUS - SGPS, SA.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2014	2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		3.443.311	1.373.815
Pagamentos a fornecedores		(651.036)	(1.024.993)
Pagamentos ao pessoal		(71.140)	(801.532)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>2.721.135</b>	<b>(452.710)</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			(7.775)
Outros recebimentos / pagamentos		(372.270)	(613.437)
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	4	<b>2.348.865</b>	<b>(1.073.922)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis		(42.846)	
Investimentos financeiros		(16.744.716)	(7.509.279)
Outros activos		(16.701.870)	(7.509.279)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			2.500
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			1.533.727
Outros activos		22.095.790	1.533.727
Subsídios ao investimento			98.058
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		22.095.790	1.634.285
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	4	<b>5.351.074</b>	<b>(5.874.994)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		40.681	23.996.403
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		40.681	23.996.403
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(5.790.527)	(15.770.076)
Juros e gastos similares		(1.422.714)	(1.474.793)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		(786.839)	(200.778)
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	4	<b>(7.959.400)</b>	<b>6.550.756</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(259.460)</b>	<b>(398.160)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>(607.669)</b>	<b>(209.509)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>(867.129)</b>	<b>(607.669)</b>

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

### 1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, foi constituída em 1966 e tem a sua sede social em Lisboa, na Rua Pedro Nunes n.º 11.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de abril de 2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Retificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art. 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2014 e de 2013 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

#### 3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso

exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### **3.2 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### **3.3 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill**

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

### 3.4 Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

### 3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

#### Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

### Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

### Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

### Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

### Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

### **3.6 Resultados por Ação**

Os resultados por Ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

### **3.7 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

### **3.8 Provisões e passivos contingentes**

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.



### 3.9 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

### 3.10 Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.11 Impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes

e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### **3.12 Regime do acréscimo**

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

### **3.13 Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As

alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

**(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis**

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

**(ii) Imparidade de clientes e outras contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber.

**(iii) Impostos diferidos**

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

**(iv) Provisões**

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

### **3.14 Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	2014	2013
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	32.142	34.155
Aplicações de tesouraria		
	32.142	34.155
Activos Financeiros pelo justo valor		
Descobertos bancários (Nota 14)	(899.271)	(641.824)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	(867.128)	(607.669)

## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
<b>Activos</b>								
Saldo inicial			15.960	395.142	322.446	3.135		736.683
Aquisições								
Alienações				(32.120)				(32.120)
Outras variações								
Saldo final			15.960	363.022	322.446	3.135		704.563
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial			15.421	272.991	308.120	638		597.170
Depreciações do exercício			380	65.663	8.926	89		75.059
Alienações				(15.166)				(15.166)
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.801	323.488	317.046	727		657.062
<b>Activos líquidos</b>			159	39.534	5.400	2.408		47.501

	2013							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
<b>Activos</b>								
Saldo inicial			15.960	518.132	322.446	3.135		859.673
Aquisições				32.120				32.120
Alienações				(155.110)				(155.110)
Outras variações								
Saldo final			15.960	395.142	322.446	3.135		736.683
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial			14.078	324.720	291.627	546		630.971
Depreciações do exercício			1.344	97.748	16.493	92		115.676
Alienações				(149.477)				(149.477)
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.421	272.991	308.119	638		597.170
<b>Activos líquidos</b>			538	122.151	14.327	2.497		139.512

## 6 LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme segue:

	2014			2013
	Custo de aquisição	Deprec./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento de transporte	253.752	196.884	56.868	120.817
	253.752	196.884	56.868	120.817

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme segue:

	Pagamentos mínimos	
	2014	2013
Até 1 ano	35.319	59.885
Entre 1 ano e 5 anos	66.515	110.893
A mais de 5 anos		
	101.834	170.778
Efeito financeiro do desconto		
Valor presente dos pagamentos mínimos	101.834	170.778

Os gastos ocorridos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2014	2013
Pagamentos mínimos	177.347	305.145
	<u>177.347</u>	<u>305.145</u>

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2014	2013
Até 1 ano	104.933	145.809
Entre 1 ano e 5 anos	234.920	231.515
A mais de 5 anos		
	<u>339.854</u>	<u>377.324</u>

## 7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2014		
	Método da equiv. patrimonial	Custo de Aquisição	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	(15.154.705)	79.955.550	64.800.845
Regularizações	1.523.123		1.523.123
Alienação de empresas participadas			-
Outras variações	(1.460.963)		(1.460.963)
Saldo final	<u>(15.092.545)</u>	<u>79.955.550</u>	<u>64.863.005</u>
<b>Activos líquidos</b>	<u>(15.092.545)</u>	<u>79.955.550</u>	<u>64.863.005</u>

2013			
	Método da equiv. patrimonial	Custo de Aquisição	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	(17.166.186)	79.955.550	62.789.364
Regularizações	1.951.090		1.951.090
Alienação de empresas participadas			-
Outras variações	60.391		60.391
Saldo final	(15.154.705)	79.955.550	64.800.845
<b>Activos líquidos</b>	(15.154.705)	79.955.550	64.800.845

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	Sede	2014							
		Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Empresas subsidiárias:</b>									
Reditus Imobiliária	Lisboa	9.541.239	9.392.717	148.522	417.570	(375.403)	100%	(375.403)	148.522
Reditus Gestão	Lisboa	134.023.124	69.308.642	64.714.482	2.136.000	1.778.644	100%	1.778.644	64.714.482
Tora	Lisboa	7.256.802	7.418.230	(161.429)	893.285	119.883	100%	119.883	-
								1.523.123	64.863.005

	Sede	2013							
		Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Empresas subsidiárias:</b>									
Reditus Imobiliária	Lisboa	10.232.920	8.999.337	1.233.584	485.986	(244.715)	100%	(244.715)	1.233.584
Reditus Gestão	Lisboa	126.288.513	62.721.252	63.567.261	6.952.443	2.976.135	100%	2.976.135	63.567.261
Tora	Lisboa	7.059.286	7.340.597	(281.311)	803.975	(780.330)	100%	(780.330)	-
								1.951.090	64.800.845

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

## 8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 Dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme segue:

Demonstração entre o lucro contabilístico e os gastos (rendimentos) de impostos	31-12-2014	31-12-2013
	Base	Base
<b>Resultado antes de impostos</b>	(79.294)	(618.492)
Ajustamentos diferenças positivas definitivas	1.012.241	2.239.498
Ajustamentos diferenças negativas definitivas	(1.815.513)	(2.979.867)
Prejuízos fiscais dedutíveis	(882.566)	(1.358.861)
Colecta	-	-
Tributação autónoma	30.886	78.646
<b>Total imposto corrente</b>	(30.886)	(78.646)
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	39%	13%
Imposto diferido	299.200	800.731
<b>Total do imposto</b>	<u>268.314</u>	<u>722.085</u>

### Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2014		2013	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	652.925	-	1.026.972	-
Outros	308.486	-	308.486	-
Saldo final	<u>961.411</u>		<u>1.335.458</u>	

Os prejuízos reportáveis são os seguintes:

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo por utilizar	Valor da Dedução
2011	2015	2.838.804	652.925
		<u>2.838.804</u>	<u>652.925</u>



## 9 ATIVOS FINANCEIROS

### Cientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Cientes a)	3.069.608		3.069.608	4.420.086		4.420.086
	<u>3.069.608</u>	-	<u>3.069.608</u>	<u>4.420.086</u>	-	<u>4.420.086</u>
Outras contas a receber						
Pessoal b)	1.773.014	(1.773.014)	-	1.915.689	(1.497.465)	418.223
Deved. Poracréc. Rendimentos c)	730.317	-	730.317	1.203.408	-	1.203.408
Accionistas d)	12.151.656	-	12.151.656	20.675.467	-	20.675.467
Outros Devedores e)	11.610.254	(187.681)	11.422.573	10.747.195	(186.507)	10.560.689
	<u>26.265.241</u>	<u>(1.960.695)</u>	<u>24.304.546</u>	<u>34.541.759</u>	<u>(1.683.972)</u>	<u>32.857.787</u>
	<u>29.334.849</u>	<u>(1.960.695)</u>	<u>27.374.154</u>	<u>38.961.845</u>	<u>(1.683.972)</u>	<u>37.277.872</u>

- Os saldos de clientes respeitam essencialmente a valores a receber das Empresas do Grupo Reditus;
- Em 2014, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis;
- Os devedores por acréscimo de rendimentos incluem cerca de 729.000 euros referente ao management fee a ser faturado em 2015 a Empresas do Grupo;
- A rubrica de acionistas evidência os créditos concedidos a Empresas do Grupo;
- A rubrica de outros devedores inclui essencialmente saldos referentes a impostos consolidados e saldos devedores de Empresas que se encontram inativas (para o qual existe uma imparidade contabilizada de igual montante).

## 10 DIFERIMENTOS ATIVOS

O valor dos diferimentos em 2014 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras, referentes a 2015.

## 11 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Acções Millenniumbcp	1.607.174	1.564.329
Imparidade	(1.433.068)	(1.335.578)
	<u>174.105</u>	<u>228.751</u>

As 2.649.999 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 0,0657 euros.

## 12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Capital		
Valor nominal	73.193.455	73.193.455
Reservas	3.592.304	3.592.304
Resultados Transitados	(12.644.682)	(12.748.276)
Ajustamentos activos financeiros	(25.534.532)	(24.193.450)
Excedentes de revalorização	5.939	5.939
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Acções/quotas próprias	(1.426.438)	(1.426.438)
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Prémios / descontos	9.952.762	9.952.762
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
	<u>47.138.806</u>	<u>48.376.294</u>

### Capital social

O capital social era de 73.193.455€ representado por 14.638.691 ações ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2014 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

### Ações Próprias

Em 31 de Dezembro de 2014, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.184 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2014 a reserva legal ascendia a 2.070.034 euros.

### Ajustamento de ativos financeiros

A variação dos ajustamentos de ativos financeiros decorre nas variações dos capitais próprios das participadas das quais se destaca a redução do excedente de revalorização dos imóveis na Reditus Imobiliária.

### Prémios de emissão

Os prémios de emissão a 31 de Dezembro de 2014 ascendiam a 9.952.762 euros.

## 13 PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADES

Durante o exercício de 2014, os movimentos de perdas por imparidades são como de seguida se apresenta:

	2014	2013
Outros devedores	276.723	700.000
	<u>276.723</u>	<u>700.000</u>

Durante o exercício de 2014 os movimentos de provisões foram os seguintes:

	2014	2013
Aplicação do MEP (Tora)	161.429	281.311
	<u>161.429</u>	<u>281.311</u>

## 14 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	2.419.068	1.439.245
Fornecedores, títulos a pagar	59.507	
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	44	44
	<u>2.478.619</u>	<u>1.439.289</u>

## Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 são detalhados conforme segue:

	2014		2013	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Instituições financeiras:</b>				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	2.437.332	22.433.859	1.458.468	24.321.138
	<u>2.437.332</u>	<u>22.433.859</u>	<u>1.458.468</u>	<u>24.321.138</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	899.271		641.824	
Conta Corrente caucionada				
	<u>899.271</u>	<u>-</u>	<u>641.824</u>	<u>-</u>
Total instituições financeiras	<u>3.336.603</u>	<u>22.433.859</u>	<u>2.100.292</u>	<u>24.321.138</u>
<b>Outras entidades:</b>				
Outros empréstimos obtidos:				
Reditus B. Solutions	13.031.974		19.671.908	
Reditus Gestão	-		1.728.036	
Reditus Consulting	-		190.316	
Partblack	-		21.931	
Jm Consultores	-		-	
	<u>13.031.974</u>	<u>-</u>	<u>21.612.191</u>	<u>-</u>
Total outras entidades	<u>16.368.577</u>	<u>22.433.859</u>	<u>23.712.483</u>	<u>24.321.138</u>

Os empréstimos com garantias existentes em 31 de Dezembro de 2014 são:

- Empréstimo no Millenniumbcp com o valor em dívida de 20.660.000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 502.747 ações do Millenniumbcp e o penhor de 10.900.000 euros ações da Reditus Gestão;
- O empréstimo de 1.115.000 euros tem como garantia um penhor de 2º grau que inclui 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, com uma taxa de juro de 4,64%, que possui uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial caso exista por parte dos acionistas Miguel Pais do Amaral, Frederico José Appleton Moreira Rato, António Maria Mello Silva César Menezes, José António Limão Costa Gatta transmissão de participações representativas do capital do grupo superiores a 5% dos detidos por cada um deles.

A parcela classificada como não corrente em 2014 e em 2013 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2014	2013
	Capital	Capital
2015		2.437.332
2016	4.714.683	4.853.017
2017	4.810.083	4.916.083
2018	4.752.810	4.768.757
2019	4.388.684	4.014.683
2020	3.428.684	3.054.683
2021	237.016	174.683
2022	101.899	101.899
	<u>22.433.859</u>	<u>24.321.138</u>

## 15 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas “Adiantamentos de clientes”, “Adiantamentos a fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Outras contas a pagar		
<b>Não corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	66.515	110.893
Outros credores	437.836	437.836
	<u>504.351</u>	<u>548.729</u>
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	35.319	97.460
Credores por acréscimos de gastos	123.167	1.188.584
Valores de pessoal	97.630	56.495
Outros credores	445.569	21.545
	<u>701.685</u>	<u>1.364.084</u>
	<u>1.206.036</u>	<u>1.912.813</u>

## 16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não corrente				
Prestacionais		1.115.144		1.418.798
		<u>1.115.144</u>		<u>1.418.798</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta / pagamento especial por conta	69.783		69.783	
Estimativa de imposto	-	1.072.527	-	1.430.828
Retenção na Fonte	172.219	13.198	98.533	
Retenção na Fonte - em mora				
Retenção na Fonte - Prestacional		13.593		507.189
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		1.476.208		
Imposto sobre o valor acrescentado	9.550			152.793
Contribuições para a Segurança Social				-
Prestacional		49.046		373.301
Outros		-		-
Outros Impostos		-		-
	<u>251.553</u>	<u>2.624.572</u>	<u>168.315</u>	<u>2.464.110</u>

As taxas de juros dos prestacionais são de 5,85%.

As garantias prestadas pela Reditus SGPS para os planos, são ações de participadas avaliadas pela AT.

## 17 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é detalhado conforme segue:

	2014	2013
Prestação de serviços	1.679.227	1.606.000
Aumentos / reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos (Nota 21)	327.270	286.411
Juros obtidos (Nota 23)	-	1.184.408
	<u>2.006.497</u>	<u>3.076.819</u>

As prestações de serviços dizem respeito a débitos de gastos de estrutura às restantes Empresas do Grupo.

## 18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme segue:

	2014	2013
Trabalhos especializados	307.944	284.905
Honorários	455	22.575
Deslocações, estadas e transportes	83.554	32.468
Rendas e alugueres	177.347	255.029
Água, electricidade e combustíveis	24.717	57.304
Comunicação	30.210	42.988
Publicidade e propaganda	2.797	9.896
Seguros	71.807	88.828
Serviços Bancários	43.016	66.471
Outros	107.083	86.810
	<u>848.930</u>	<u>947.274</u>

Em 2013, a variação registada em trabalhos especializados deve-se essencialmente, à redução dos gastos com a estrutura e assistência jurídica.

## 19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme segue:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	401.503	614.107
Remunerações do pessoal	91.276	125.830
Encargos sobre remunerações	106.910	165.067
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.959	3.644
Outros	1.655	8.018
	<u>603.303</u>	<u>916.666</u>

A Reditus SGPS a 31 de dezembro de 2014, possuía 1 trabalhador.

## 20 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

	2014	2013
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	75.059	115.676
	<u>75.059</u>	<u>115.676</u>

## 21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

	2014	2013
Rendimentos suplementares	293.068	275.039
Outros	34.202	11.372
	<u>327.270</u>	<u>286.411</u>

## 22 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

	2014	2013
Impostos	64.620	13.867
Correcções de exercicios anteriores	92.305	83.236
Alienação de activos não correntes detidos para venda a)		
Gastos e perdas em ativos financeiros	97.490	0
Outros a)	70.784	265.411
	<u>325.200</u>	<u>362.514</u>

a) Este valor inclui, a insuficiência para estimativa de imposto, multas fiscais bem como quotizações.



## 23 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são conforme segue:

	2014		2013	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	1.325.794		2.332.503	
Locações financeiras	12.526		16.903	
Empréstimos obrigacionistas				
Mora e compensatórios	136.699		120.554	
Outros financiamentos		1.475.018		2.469.960
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos				
Ajustamentos aplicações financeiras				-
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos				
Outros gastos de financiamento	4.682	4.682	134.310	134.310
		<u>1.479.700</u>	<u>134.310</u>	<u>134.310</u>
			<u>2.604.271</u>	

A taxa de juro média ponderada dos financiamentos bancários é de 5,36%.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são conforme segue:

	2014		2013	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	-		6.744	
Outros	-	-	1.177.663	1.184.408
Dividendos obtidos				
Aplicações em meios financeiros líquidos				
Subsidiárias				
Associadas e entidades conjuntamente controladas				
Outras entidades		-		-
Outros rendimentos similares				
		<u>-</u>	<u>1.184.408</u>	

## 24 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2014:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias			240.564				1.971.653	
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão							641	
Outras partes relacionadas								
			<u>240.564</u>				<u>1.972.294</u>	

2013:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias			155.016	1.048.736			1.805.826	1.052.015
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão							9.189	
Outras partes relacionadas								
			155.016	1.048.736			1.815.015	1.052.015

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2014:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	3.045.891			3.045.891	1.994.781		1.994.781
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão				9.189	2.945		2.945
Outras partes relacionadas	9.189			9.189			
	3.055.080			3.055.080	1.997.726		1.997.726

2013:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	4.397.500			4.397.500	787.418		787.418
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão				9.977	3.419		3.419
Outras partes relacionadas	9.977			9.977			
	4.407.478			4.407.478	790.837		790.837

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2014:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias		13.031.974	13.031.974		12.151.656	12.151.656
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
		13.031.974	13.031.974		12.151.656	12.151.656

2013:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias	20.675.467		20.675.467	21.612.191		21.612.191
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	20.675.467		20.675.467	21.612.191		21.612.191

## 25 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 50.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individual e contas consolidadas.

### Dívidas em Mora

A Administração informa que a Empresa apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e dívidas em prestacionais, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de Novembro como se segue:

	2014	2013
IGFSS	436.958	246.051
Direcção Geral dos Impostos	1.854.043	1.939.213
	<u>2.291.001</u>	<u>2.185.264</u>

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e à alínea a), do art. 2º do D.L. 236/95, de 13 de Setembro, Direção Geral da Autoridade Tributária têm em vigor na presente data, um acordo de pagamento prestacional.

À data de 31 de Dezembro de 2014, a Reditus SGPS tinha diversos planos prestacionais ativos em sede Segurança Social, IRS, IRC e IVA. As coimas associadas, não foram provisionadas porque a Administração considera que a sua aplicação não é provável.

#### **Garantias**

- Fiador da empresa Reditus Business Solutions no montante de 3.000.000 euros;
- Responsabilidade como Avalista da Reditus Business Solutions S.A., no montante de 9.787.353 euros.

## **26 CONTINGÊNCIAS**

A Empresa foi notificada para proceder a correções em sede de IRC, com referência aos anos de 2004 a 2007, tendo ainda recebido uma liquidação adicional de IVA referente a 2009:

(i) A liquidação de IRC referente a 2004 não envolve imposto a pagar, refletindo-se nas correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente à liquidação referente a 2005, na parte em que não lhe foi dada razão em sede do recurso hierárquico. Os recursos hierárquicos que a Empresa apresentou relativamente às liquidações referentes aos exercícios de 2006 e 2007 foram parcialmente deferidos, sendo que a única questão que se mantém em relação a estes dois exercícios, prende-se com o reporte de prejuízos de exercícios anteriores, dependente do resultado da impugnação deduzida contra o IRC de 2005.

(ii) Relativamente à liquidação de IVA de 2009, a reclamação apresentada foi parcialmente deferida, tendo sido deduzido recurso hierárquico contra a parte indeferida.

É entendimento da Administração que esta situação não implica qualquer responsabilidade não refletida nas contas da Empresa.

## **27 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO**

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código as Sociedades Comerciais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

## Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas



Tel: +351 217 990 420  
Fax: +351 217 990 439  
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º  
1069-211 Lisboa



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
Lisboa

#### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 93 716 061 euros e um total de capital próprio de 47 327 826 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 189 020 euros), a Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com o sistema de normalização contabilística e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) prestar informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade da Empresa, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

BDO é Associação, SRCC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 901 340 445, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na ORCC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1121.  
A BDO é Associação, SRCC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o sistema de normalização contabilística e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.



**Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de abril de 2015



\_\_\_\_\_  
José Martinho Soares Barroso, em representação de  
BDO & Associados - SROC  
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 1 122)

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

### **Introdução**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2014, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

### **Fiscalização da Sociedade**

O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, dando cumprimento aos seus deveres legais de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, e no estrito cumprimento dos seus deveres legais, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou, ainda, o sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os quais incluem as demonstrações da posição financeira, a demonstração dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Além disso analisou, e concorda, com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

### **Declaração de conformidade**

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.



**Parecer**

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, possa aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2014.

Alfragide, 30 de abril de 2015

O Conselho Fiscal,

Dr. Rui António Gomes do Nascimento Barreira – Presidente

Dr. José Maria Franco O'Neill – Vogal

Eng. Carlos Manuel Águas Garcia – Vogal